



Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade
Versão on-line ISSN2319-2856
Volume 11, número 5. Curitiba – PR. jun/dez - 2016

Da ética geocrítica à ética socioambiental: o sentido dominante no campo geográfico brasileiro

Herivelto Soares da Costa
hscost@gmail.com

Doutor em Geografia pela UFPR.
Professor da rede pública estadual do
Paraná.

Luis Lopes Diniz Filho
diniz@ufpr.br

Doutor em Geografia pela USP.
Professor do Programa de Pós-Graduação
em Geografia da UFPR.

Recebido em: 17/12/2015
Aprovado em: 08/08/2016

RESUMO

Neste artigo, partindo do conceito de *ética geocrítica*, discute-se o sentido dominante dado às concepções sobre a relação homem-natureza e ao tratamento dos problemas socioambientais pelo campo geográfico brasileiro. Tem-se como fundamento teórico-metodológico as concepções de sentido e de ética de Max Weber e analisam-se duas correntes do pensamento geográfico: Geografia Crítica e Geografia Socioambiental. Por meio do exame das origens e das teorias em que se baseiam essas vertentes geográficas para abordar as questões ambientais, procura-se identificar possíveis conexões entre elas. Conclui-se que existe uma permanência de sentido da *ética geocrítica* na Geografia Socioambiental, o que torna possível afirmar que tanto a *ética geocrítica* tradicional quanto a ética socioambiental atual correspondem, em certo sentido, a uma mesma ética.

Palavras-chave: ética geocrítica, ética socioambiental, campo geográfico.

From the geocriticism ethics to the social-environmental ethics: the dominant thought within the Brazilian geographic scientific field

ABSTRACT

The following study, based on the concept of the *geocriticism ethics*, discusses the dominant meaning regarding the relationship between man and nature and how social-environmental problems are seen by the Brazilian geographic scientific field. It follows Max Weber's concepts of meaning and ethics as its theoretical and methodological foundations and in addition, it analyzes two streams of the geographical thought: the Critical Geography and the Social-Environmental Geography. By verifying the origins and theories on which these geographical aspects are based to address environmental issues, it attempts to identify possible connections between them. It is concluded that you can find the *geocriticism ethics* within the Social-Environmental Geography, which makes it possible to say that both ethics are related, in some extend, to the same concept of ethics.

Keywords: geocriticism ethics, social-environmental ethics, geographic scientific field.

INTRODUÇÃO

Existem certas ideias que, pela própria dominância, acabam se tornando invisíveis para a maior parte dos observadores. É o caso da *ética geocrítica*. Se a Geografia Crítica é reconhecida como corrente do pensamento geográfico, seu espírito é muito mais abrangente e eficaz, talvez em razão de sua natureza difusa. A *ética geocrítica* é o fundamento dos estudos geográficos atuais, referindo-se, portanto, ao caráter e ao espírito da ciência geográfica¹.

Neste artigo, enfatiza-se a questão socioambiental como uma das formas da permanência e dominância dessa ética. Para isso, retoma-se a diferença fundamental estabelecida por Weber entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira refere-se à consciência, às certezas e, conseqüentemente, às respostas prontas; a segunda é realista, analítica e, por isso, cautelosa. Não são mutuamente excludentes, mas uma pode preponderar sobre a outra, o que pode gerar conseqüências, seja para a ciência seja para a educação.

¹ A *ética geocrítica* é um conceito elaborado na tese de doutorado defendida recentemente no curso de pós-graduação em Geografia na UFPR, que teve entre seus objetivos, analisar as possíveis conexões teórico-metodológicas e ideológicas entre as Geografias – Crítica e Socioambiental.

Inicialmente, resgata-se, com base no esquema analítico weberiano, o significado de *sentido* para, em seguida, subsidiar a caracterização das tendências do pensamento geográfico brasileiro – Geografia Crítica e Geografia Socioambiental -, sobretudo no que concerne às respectivas concepções sobre a relação homem-natureza e ao sentido atribuído por elas à questão ambiental. Por fim, verificam-se as conexões de sentido existentes entre elas, observando a continuidade dos princípios da *ética geocrítica* na ética socioambiental e, assim, revelando o sentido dominante no campo científico geográfico brasileiro.

É necessário discutir, inicialmente, a distinção entre ação social e os demais tipos de ação. Conforme Cohn (1989, p. 26), Weber entende a ação social como “uma modalidade específica de ação, ou seja, de conduta à qual o próprio agente associa um sentido”. Isso remete diretamente ao segundo conceito weberiano, o de sentido.

Segundo Gabriel Cohn, não há, na obra de Weber, uma definição clara de sentido, mas, no conjunto de seu raciocínio, é possível considerar que, “quando se fala de sentido na sua acepção mais importante para a análise, não se está cogitando da gênese da ação mas sim daquilo para o que ela aponta, para o objetivo visado nela; para o seu fim, em suma” (COHN, 1989, p. 27). Nesse caso, é imprescindível compreender o sentido da ação social dos geógrafos nos primórdios da Geografia Crítica, pois aí está o cerne daquilo que aqui se procura compreender.

O sentido se “manifesta em ações concretas e [...] envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento da sua ação [...]; o conceito de motivo permite estabelecer uma ponte entre sentido e compreensão”, porque o “sentido é responsável pelos processos de ação” e é através dele que “podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação” (COHN, 1989, p. 27 e 28). Eis o que significa compreender uma ação no sentido weberiano.

Geografia Crítica no Brasil: a origem da *ética geocrítica*

Um fato que chama a atenção é a utilização dos termos *ética* e *ideologia* na definição do sentido e do caráter da *geocrítica*. Antônio Carlos Robert Moraes considerou que o movimento de renovação correspondeu à formação de uma “unidade ética” no

“embate ideológico” ocorrido no campo do conhecimento geográfico, refletindo-se, no plano da ciência, a “luta de classes na sociedade capitalista” (MORAES, 1995, p. 131 e 132). Armando Corrêa da Silva identificou o caráter do movimento como “frente ideológica” (SILVA, 1983, p. 133).

É importante salientar que há duas ideologias na origem da geocrítica, sendo que, na atualidade, ambas estão presentes nessa ciência, mesmo que de forma matizada, dependendo das tendências do pensamento geográfico. O entendimento de ideologia como uma falsa consciência que deveria ser afastada do conhecimento geográfico embasa-se no marxismo, que, concebendo os indivíduos como alienados, pauta-se na necessidade de que estes vejam as coisas como realmente são, o espaço como realmente é, a essência dos fatos e não apenas a aparência. Outra acepção, de que todo conhecimento é ideológico, fornece aparentemente certa liberdade para a produção do conhecimento geográfico (DINIZ FILHO, 2013, p. 18).

Portanto, as duas acepções de ideologia abriram caminhos para manter o compromisso ideológico e ético assumido, que é o de colocar a Geografia a serviço da transformação social ou, em outras palavras, a serviço de uma causa nobre: a da percepção da unidade homem-natureza e da superação do tipo de relação estabelecida entre ambos pelo capitalismo.

Foram várias as categorias de análise que inspiraram os geógrafos naquele momento, mas as principais pertenciam ao marxismo, a exemplo de “classes sociais, trabalho, práxis, ideologia, totalidade” (SILVA, 1983, p. 132), entre outras. O predomínio dessas categorias analíticas demonstra a predominância do marxismo – em suas várias vertentes – na teoria social da Geografia Crítica.

Diniz Filho (2009) analisou a influência do marxismo na Geografia Crítica, identificando quatro formas essenciais nos planos epistemológico, teórico e ideológico e no das relações entre ética, ciência e política. No plano epistemológico, o marxismo ofereceu “subsídios à redefinição do objeto de estudo da disciplina, um método de análise [...] e um discurso que atribuía ao método marxista uma cientificidade e objetividade inquestionáveis”. No plano teórico, ofereceu “uma teoria crítica ampla do capitalismo, da qual se desdobravam diversas teorias específicas passíveis de uso na análise geográfica [...]”. No campo ideológico, “moldou (e ao mesmo tempo se amoldou) a ‘visão de mundo’ dos geógrafos, isto é, às representações e valores sociais que orientam seus
Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 11, n.5 | jun/dez - 2016

posicionamentos políticos”. No plano das relações entre ética, ciência e política, “influiu ao estabelecer a existência de um estreito vínculo entre esses três termos e enfatizar a necessidade da ação militante [...]” tomando por base “os pressupostos teóricos e epistemológicos mencionados para assumir um caráter científico e socialmente transformador” (DINIZ FILHO, 2009, p. 200).

Contudo, o autor frisa também que, se a influência marxista foi decisiva para a constituição da geocrítica, nem por isso esta corrente pode ser reduzida a uma geografia marxista, como ressaltam, aliás, os próprios geocríticos. A maioria dos autores críticos investiu na edificação de uma geografia marxista, como se nota, por exemplo, nas obras de Antonio Carlos Robert de Moraes e de Ana Fani Alessandri Carlos. Mas a geocrítica comportou também perspectivas teórico-metodológicas bastante ecléticas, como se percebe claramente em Milton Santos e José William Vesentini, entre outros. A partir de 1990, com o aprofundamento da crise teórica e prática do marxismo, a Geografia Crítica, “assim como outras vertentes inspiradas pelo marxismo, vem se tornando epistemologicamente mais eclética para renovar e ampliar os pressupostos da crítica ao capitalismo” (DINIZ FILHO, 2009, p. 200).

A ética geocrítica e a relação homem-meio como totalidade

A noção marxista de totalidade foi tratada de forma exaustiva por Ruy Moreira, que fixou as bases e o objeto de estudo da Geografia, concebendo a relação homem-meio nos termos do que seria a verdadeira maneira geocrítica de pensar o espaço. Ao conceber a totalidade como categoria fundamental da Geografia, o autor a atrelou necessariamente à “reflexão do seu processo de produção-reprodução pela dialética do trabalho, do movimento que determina o caráter real, concreto, da totalidade” (MOREIRA, 1982, p. 197). Essa visão tem implicações muito importantes para esta pesquisa, pois a busca da totalidade no conhecimento geográfico influenciou diretamente a concepção geocrítica sobre a questão ambiental.

Afinal, qual é a noção de totalidade da geocrítica? Enfatizando o papel transformador do conhecimento, Moreira responde que “totalidade é movimento e contradição. Movimento que se cristaliza em formas, isto é, contradições definidas”. Estas “Formas que revertem sobre o movimento, mediando sua continuidade e nele se incorporando para daí saírem renovadas”. (MOREIRA, 1982, p. 198 e 199).

Moreira discorreu sobre o papel que a totalidade assumiu nos distintos momentos do pensamento geográfico. Em primeiro lugar, condenou a ideologia que serviu de pano de fundo na aplicação das análises funcionalistas ao conhecimento geográfico. Isso, segundo ele, consistiu em um “empobrecimento do real”, pois estabeleceu uma confusão entre totalidade e sistema. Em segundo lugar, criticou os precursores da sistematização da Geografia como ciência – principalmente Humboldt e La Blache –, os quais teriam rompido com o discurso da identidade do homem com a natureza, instituindo um discurso “sistêmico e dicotômico”. Portanto, na origem da Geografia Crítica, a maneira adequada de conceber a relação homem-natureza residia na identidade entre esses dois elementos. Em terceiro lugar, o autor teceu críticas diretas à aparência que predominava na relação totalidade homem-meio e arranjo espacial. Pois, “Sob o capital a totalidade se expressa sensorialmente sob formas que não se pode tomar como o real. Este é um fato que em geografia sempre foi escamoteado”. Por isso “O arranjo espacial é tomado como o real, o concreto, e não como o que realmente é: expressão fenomênica do real” (MOREIRA, 1982, p.203).

Portanto, a aparência não era o que realmente deveria ser considerado nas análises geográficas, pois, com o capitalismo, tinha ocorrido uma fetichização do arranjo espacial, de forma que, para se compreender o espaço seria necessário captar sua essência. O mais importante era a noção negativa do papel do capitalismo, pois este não era concebido, segundo Moreira, pelas análises do arranjo espacial. O caminho a ser seguido, então, parte da concepção de que “a relação homem-meio’ e suas formas espaciais são processo de trabalho” (Idem, p. 204).

Por fim, ao identificar o trabalho como responsável pelas formas espaciais, em razão das contradições, qualificou a totalidade homem-meio no capitalismo como trabalho alienado: “Estes termos das relações homem-homem são os termos da relação homem-meio”, já que “a separação, no interior das forças produtivas, da propriedade da força de trabalho e da natureza, separa os homens e a natureza”. (Idem, 1982, p. 205)

Essa passagem lapida e sintetiza o pensamento geocrítico em sua origem e situa diretamente o capitalismo, a natureza e a ideologia no modo geocrítico de pensar a relação homem-meio. Da transposição do que se considera a relação homem-homem – exploração de uma classe social por outra – decorre a exploração da natureza pela classe dominante. Percebe-se que os problemas socioespaciais resultantes da relação homem-meio deveriam ser concebidos com base na relação homem-homem. Portanto, o capitalismo seria o elo da relação homem-meio – relação alienada, nunca é demais frisar – sempre sendo beneficiado por essa relação. Nesse contexto, tendo em vista a verdadeira totalidade a ser vislumbrada pela geocrítica, segundo o autor, a Geografia seria “o discurso da identidade do homem com a natureza, ‘da totalidade homem-meio’” (Idem, p. 201).

A noção de totalidade homem-meio, a identidade homem-natureza, baseada no materialismo histórico dialético, seria uma resposta à totalidade “mecânica” concebida pela Geografia como uma ciência de síntese. Assim, refutava-se também o passado dessa disciplina - determinismo e possibilismo geográficos. Segundo Moreira, teria sido abandonado o pensamento genuinamente geográfico dos gregos, pois “para o pensamento geográfico antigo o homem e o meio ambiente antes de comporem uma relação compõem uma identidade” (Idem, p. 200-201).

O essencial é que, no tratamento da relação homem-meio pela geocrítica, se deveria retomar e readaptar aquela concepção da unidade que havia sido perdida no percurso da ciência geográfica. Doravante, tal concepção nortearia o tratamento da questão ambiental na Geografia.

A ética geocrítica e a questão ambiental: a ruptura homem-meio causada pelo capitalismo

A questão especificamente ambiental também mereceu a atenção dos geocríticos naquele momento. Importa aqui investigar o sentido que seus preconizadores deram aos problemas ambientais, sobretudo às suas causas e ao modo de analisá-los. Qual seria então a verdadeira forma geocrítica de pensar a questão ambiental?

Em sua teorização, Ruy Moreira já indicava os rumos que deveriam ser seguidos em relação aos problemas ambientais. A partir de sua concepção da totalidade homem-meio como unidade homem-natureza, ele teceu considerações sobre a questão ecológica que, como se verá a seguir, estavam em consonância com a abordagem de Porto Gonçalves. Eis sua concepção a respeito do papel do capitalismo na questão ecológica: “atuando como lei implacável, o crescimento do capitalismo conduz ao agravamento da alienação do trabalho e da natureza” (MOREIRA, 1982, p. 212).

No entanto pergunta-se o que realmente estava em questão. A alienação e o empobrecimento do trabalho e da natureza pelo capitalismo, ou seja, a questão ambiental, conforme Moreira, eram oriundas das contradições do sistema capitalista: “[...]. As chamadas ‘questão ecológica e questão demográfica’ nascem já sob pesada carga ideológica. Elas servem para esconder a questão real e sua causa” (Idem, p. 212). Por isso, o que estava em questão, segundo o autor, não eram exatamente os problemas ambientais, mas, sim, o rompimento da unidade homem-natureza realizado pelo capitalismo, a causa principal de tais problemas.

Porto Gonçalves partia do pressuposto de que a questão ambiental teria tido início com o desenvolvimento do capitalismo industrial, mas apenas a classe operária sentia seus efeitos. Com o desenvolvimento do capitalismo “a poluição já não atinge somente a classe operária, mas também aos segmentos da pequena-burguesia – a chamada classe média – “ e, por isso, a “degradação da natureza ganha espaço nos jornais, nas emissoras de rádio e televisão”. Nesse sentido, o problema ambiental “não é novo, nem é simplesmente um problema ecológico...” (PORTO-GONÇALVES, 1982, p. 222).

Dessa afirmação decorre que os problemas ambientais seriam sempre o resultado do avanço do capitalismo. Por isso, o autor criticava a forma como os movimentos ecológicos tratavam tais problemas, ou seja, como se fossem apenas resultado de uma contradição secundária, e os inseria em uma ideologia “burguesa e pequeno-burguesa”. Porto Gonçalves assumia seu posicionamento crítico afirmando que “uma contradição secundária não é um fenômeno completamente desvinculado da chamada contradição principal (capital X trabalho). Na verdade, a contradição principal do capitalismo se manifesta de diversas formas” (PORTO-GONÇALVES, 1982, p. 222, 223).

Adotando-se o materialismo histórico e dialético como o referencial mais indicado para tratar a questão ambiental, esta seria concebida como uma das manifestações contraditórias da contradição principal do capitalismo. A partir de então, a contradição “capital X trabalho” nortearia o pensamento dominante nas análises geográficas dos problemas ambientais.

De acordo com o autor, fica claro o sentido atribuído pela geocrítica em relação ao homem e a natureza e às causas da questão ambiental. A unidade homem-natureza é norteadora do modo geocrítico de pensar e, dessa perspectiva, a questão ambiental é causada sempre, seja qual for a especificidade do problema, pelo fato de o capitalismo ter separado e rompido essa unidade, tornando alienados não apenas os homens, mas também a natureza. Ainda, “é neste sentido que podemos falar que a luta pela preservação ecológica é uma luta pelo socialismo”, e esta luta “deixa de ser uma utopia e se torna uma necessidade: a construção de um mundo dos homens para os homens” (PORTO-GONÇALVES, 1982, p. 230).

Conforme exposto, em tal momento histórico, os geocríticos – alguns mais que outros – posicionaram-se abertamente a favor da luta pela defesa da natureza, concebendo-a como uma das dimensões da luta pelo socialismo. Isso é compreensível à luz do ambiente social que o Brasil vivia – ditadura militar de direita – pois essa era a forma de lutar também pela democracia.

A Geografia Socioambiental: origem, filosofia e metodologia

A construção do pensamento geográfico denominado socioambiental fez parte das transformações mais amplas do conhecimento científico, emergindo no seio das chamadas geografias pós-modernas. Um dos seus principais expoentes/preconizadores foi Francisco de Assis Mendonça², que teceu as considerações teóricas, filosóficas e metodológicas que

² Trata-se do artigo “Geografia Socioambiental” (2002) de Francisco de Assis Mendonça, renomado geógrafo com ampla experiência sobre a questão ambiental na Geografia.

fundamentam e caracterizam a Geografia Socioambiental como uma nova tendência/corrente do pensamento geográfico.

O pressuposto que lhe serve de inspiração é o momento atual de crise da humanidade e da civilização que desafia “a sociedade em geral a encontrar novos rumos para a construção do presente e do futuro”. Segundo ele, esse quadro exige dos geógrafos “um profundo questionamento relativo ao estatuto da geografia contemporânea frente às novas dimensões do espaço e aos graves problemas sociais que se materializam na superfície terrestre” (MENDONÇA, 2002, p. 121 e 122).

O que chama a atenção nessas considerações iniciais é a afirmação de que existe uma crise generalizada e que a crise ambiental, nos termos de Leff (2001), “não é crise ecológica, mas crise da razão”. Portanto, caberia à ciência e, por extensão, à Geografia contribuir para as possíveis soluções dessa crise.

O principal diferencial, segundo os defensores dessa recente tendência, é o lugar ocupado pelo homem na relação com a natureza. Nas fases anteriores do pensamento geográfico ambiental, conforme Mendonça (2002), o homem sempre fora considerado um fator e, por isso, as perspectivas de análise eram insuficientes para a compreensão plena da questão ambiental. Sugere o autor que o adequado seria conceber o homem como elemento da natureza, enfatizando sua união com ela, ou melhor, sua interação.

Conforme Mendonça, tal interação, ao menos no Brasil, pode ser identificada em geógrafos, como, por exemplo, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que, na década de 1980, clamava por uma “concepção filosófica propícia” para a promoção da “unicidade do conhecimento geográfico” (MONTEIRO apud MENDONÇA, 2002, p. 133). Portanto, a sistematização original da corrente da Geografia Socioambiental teve origem na busca de novas formas de conceber a relação ou a interação sociedade-natureza: o homem seria um elemento da natureza, não um fator, um agente nesta interação.

A origem de tal tendência correspondeu também à busca de um novo paradigma geográfico para tratar da questão ambiental, à abertura metodológica - ecletismo responsável - e à proposição de respostas aos problemas socioambientais, nas quais os problemas sociais e ambientais seriam abordados de forma integrada, não sendo produtivo o tratamento parcial, estanque, segmentado da realidade.

A concepção filosófica pertinente aos estudos socioambientais complementaria e resgataria o antigo objetivo da unicidade do saber geográfico e da unidade homem-natureza.

natureza - é importante lembrar que essa concepção de unidade já estava presente na institucionalização da Geografia Crítica. Para o autor “Uma concepção filosófica propícia à abordagem científica da problemática ambiental atual pode ser encontrada em várias proposições filosóficas produzidas desde a Grécia Clássica” e caso sejam insuficientes, “demandar novas formulações, como bem o postularam CAPRA (1987), MORIN E KERN (1995), e LEFF (2001), dentre outros” (MENDONÇA, 2002, p. 133).

Se a visão geocrítica da relação entre o homem e a natureza apontava como correta a forma “clássica” de conceber a unidade dessa relação, a totalidade homem-meio era a verdadeira unidade entre os dois e se essa totalidade era a expressão da relação homem-homem, o que mudou na Geografia Socioambiental? As palavras de Mendonça sobre os conceitos de ambiente e ambientalismo não deixam dúvidas quanto a isso: no presente, esses conceitos “ligam-se aos graves problemas derivados da interação entre a sociedade e a natureza, à relação homem-meio, homem-natureza, físico-humano, homem-homem” (MENDONÇA, 2002, p. 127).

Tudo parece indicar que a *ética geocrítica*, que concebia a relação de exploração homem-homem como base da relação de exploração homem-natureza, não foi revisada e sim retomada pela nova corrente geográfica, estando mais aberta às novas formulações filosóficas e metodológicas pós-modernas. Assim, cumpre examinar o caminho encontrado pela Geografia Socioambiental para sua efetivação científica. O direcionamento da abordagem geográfica pela teoria da complexidade, cuja base teórica foi elaborada por Edgar Morin, sugere um exame dessa teoria. Isso porque sua adoção vem sendo proposta por meio da consideração de que a Geografia seria uma ciência do *complexus*. Essa análise será feita na sequência da pesquisa.

A Geografia Socioambiental diferencia-se da Geografia Crítica no que concerne ao método. Na última, o materialismo histórico-dialético era concebido como o método dos estudos geográficos por excelência; já na primeira, a tendência é romper com tal encaminhamento metodológico, torná-la mais aberta a outras metodologias. Nas palavras do preconizador dessa tendência do pensamento geográfico, a Geografia Socioambiental “rompe assim com um dos clássicos postulados da ciência moderna, qual seja, aquele que estabelece a escolha de apenas um método para a elaboração do conhecimento científico” (MENDONÇA, 2002, p. 136).

Sinalizando que a Geografia Socioambiental “se configura pela característica de multi e interdisciplinaridade e da perspectiva holística na concepção da interação estabelecida entre a sociedade e a natureza [...]” (MENDONÇA, 2002, p. 140), enfatiza-se a liberdade metodológica necessária para os estudos geográficos socioambientais. Isso representa realmente uma grande mudança em relação à Geografia Crítica, embasada fundamentalmente nos pressupostos metodológicos do marxismo.

Portanto, há uma diferença substancial entre estas duas tendências do pensamento geográfico aqui analisadas, qual seja, a perspectiva metodológica. Como a Geografia Socioambiental se apresenta mais aberta quanto aos referenciais metodológicos, a complexidade como teoria e o pensamento complexo como método adequam-se perfeitamente a tais fins, auxiliando-a no tratamento de seu objeto, “construto contemporâneo da interação entre a natureza e a sociedade”, que “não pode ser concebido como algo proveniente de uma realidade onde seus dois componentes sejam enfocados de maneira estanque e independentes, pois que é a relação dialética entre eles que dá sustentação ao objeto (MENDONÇA, 2002, p. 140).

Inspirando-se nos princípios das ciências pós-modernas que permitem “a pluralidade de leituras” e na concepção de ciência de Edgar Morin “conjunção do pensamento/conhecimento e da ação”, Suertegaray (2004) explicita as principais justificativas para a nova maneira de conceber a ciência geográfica e de pensar geograficamente de modo complexo. Ao apontar o dinamismo do espaço geográfico, a autora sugere a metáfora do disco das cores como apropriada para concebê-lo: o giro do disco expressaria a ideia de “um todo uno, múltiplo e complexo”, (SUERTEGARAY, 2004, p. 189).

A releitura dos conceitos de natureza e de sociedade encaminha-se na direção da “conjunção conceitual” dessas categorias (SUERTEGARAY, 2004, p. 185). Sinaliza-se, assim, a mudança de concepção de sociedade e de natureza, no sentido de articulá-las, híbrida e dialeticamente.

A conjunção conceitual de sociedade e natureza consiste na unidade já referida anteriormente. A maneira geocrítica de pensar é preservada pela teoria da complexidade, recebendo apenas uma atualização pós-moderna. Isso porque os problemas socioambientais foram expandidos. Eis alguns exemplos: “Falta de água de qualidade, emissões de gases de efeito-estufa, desemprego estrutural, desmatamento, contaminação

dos solos [...], resultam de um estilo de vida baseado na desigualdade” (RIBEIRO, 2010, p. 9).

Os exemplos demonstram bem que, no pensamento socioambiental, os problemas ambientais e sociais são colocados no mesmo nível de importância. A causa, como sempre, envolve o capitalismo, responsável pela desigualdade social, geradora de todos os problemas socioambientais. Nesse sentido, o autor revela a orientação e a concepção de mundo que caracterizam esse pensamento. Trata-se da construção de “novos modelos de organização social [...]” e do “enfrentamento do lucro como causa primeira e final da estrutura produtiva no campo e na cidade” (RIBEIRO, 2010, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novamente, os geógrafos são desafiados a questionar os graves problemas sociais, ou seja, a causa social que está na base da ética socioambiental não é nova e é a mesma da *ética geocrítica*. A abordagem holística da relação homem-natureza é similar à totalidade na *ética geocrítica*. O diagnóstico que serviu de base para a formação da *ética geocrítica* foi a crise social e o papel ideológico desempenhado pelas correntes – tradicional e quantitativa - do pensamento geográfico, as quais supostamente não cumpriam o verdadeiro papel da ciência geográfica e serviam de máscara para a realidade espacial. Já, no caso da ética socioambiental, parte-se do pressuposto de que se vive atualmente uma crise ambiental, que não é propriamente ecológica, mas sim uma crise da razão. Isso significa que novamente os caminhos a serem percorridos pela Geografia brasileira serão embasados em uma causa, agora não apenas social, mas também socioambiental.

A relação de unidade homem-natureza e a ênfase na relação homem-homem são levadas em consideração nas causas da questão ambiental, o que preserva a *ética geocrítica*.

Se a causa primeira e final das mazelas socioambientais é o lucro, há uma afinidade teórica entre a ética geocrítica e a ética socioambiental. Por isso, é possível afirmar que o pensamento socioambiental na Geografia, embora seja eclético em termos teórico-metodológicos, pois inspira-se não somente no marxismo, mas também no sistemismo, na fenomenologia, entre outros referenciais, conjuga-se com o sentido da *ética geocrítica*, porque parte de uma postura filosófica crítica, o que permite renovar, ainda que não seja pela via tradicional da crítica geográfica, a ética nascida da Geografia Crítica.

REFERÊNCIAS

COHN, G. **Max Weber – Sociologia**. 4. Ed. – São Paulo: Ática, 1989.

DINIZ FILHO, L, L. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: Editora IBPEX, 2009.

DINIZ FILHO, L, L. **Por uma crítica da geografia crítica**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013.

MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. In: MENDONÇA, F; KOZEL, S. (Orgs). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. – Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MOREIRA, R. Geografia, Ecologia, Ideologia: A “totalidade Homem-Meio” Hoje (Espaço e Processo do Trabalho). In: **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão**. – Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

_____. **O saber geográfico: para que/quem serve?** In: **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão.** – Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico. In: **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão.** – Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

RIBEIRO, W. C. (Org). **Rumo ao pensamento crítico socioambiental.** – São Paulo: Annablume, 2010.

SILVA, A. C. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983: as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 60, 2º sem. 1983 / 1º sem. 1984.

SUERTEGARAY, D. M. A. Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da geografia. In: **Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares.** - Porto Alegre: Sulina, 2004.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais.** Tradução de Augustin Wernet. Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.